



*Universidade Estadual de Maringá*  
**Centro de Tecnologia**

## **RESOLUÇÃO Nº 156/2025-CI/CTC**

### **CERTIDÃO**

Certifico que a presente resolução foi afixada em local de costume, neste Centro, no dia 09/10/2025.

Alessandra Cenerino  
Secretária

**Aprova alterações no Regulamento do Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana.**

Considerando o conteúdo do eProtocolo nº 24.756.785-2.

considerando o disposto no Parecer nº 029/2025 da Câmara de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão do Conselho Interdepartamental do Centro de Tecnologia,

**O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL DO CENTRO DE TECNOLOGIA APROVOU, E EU DIRETOR, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º** Aprovar as alterações no Regulamento do Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana (PEU), conforme Anexo I, parte integrante desta resolução.

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência.  
Cumpra-se.

Maringá, 08 de outubro de 2025.

**Prof. Dr. Edwin Vladimir Cardoza Galdamez,**  
Diretor.

### **ADVERTÊNCIA:**

O prazo recursal termina em 16/10/2025 (Art. 95 - § 1º do Regimento Geral da UEM).



*Universidade Estadual de Maringá*  
**Centro de Tecnologia**

## **ANEXO I**

### **REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA**

#### **TÍTULO I DOS OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO**

**Art. 1º.** O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Maringá (PEU) é oferecido em caráter *stricto sensu*, no curso de mestrado, que tem por finalidade habilitar profissionais para desenvolver atividades ligadas à pesquisa, ao desenvolvimento científico, tecnológico, ao poder criador e ao magistério superior no campo da Engenharia Urbana..

**§ 1º.** O PEU está estruturado em 1 (uma) área de concentração: Infraestrutura e sistemas urbanos, com 2 (duas) linhas de pesquisa:

I - Infraestrutura e tecnologia urbana;

II - Planejamento e gestão de sistemas urbanos.

**§ 2º.** O PEU é constituído de um ciclo de estudos e trabalhos, regular e sistematicamente organizado, além de atividades de pesquisa, de tal modo que exigir-se-á do candidato ao grau de mestre, além do cumprimento das atividades acadêmicas, a demonstração da capacidade de sistematização do conhecimento e pesquisa utilizando métodos e técnicas de investigação científica e tecnológica, consubstanciada na apresentação e defesa de dissertação, de acordo com a área de conhecimento e os objetivos do curso.

**Art. 2º.** O PEU reger-se-á pelo estatuto, regimento geral e regulamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UEM, assim como pelo presente regulamento e legislações próprias complementares a ele..

**Art. 3º.** O curso de mestrado do PEU tem duração mínima de 12 (doze) e máxima de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da primeira matrícula como aluno regular do PEU, excluídos o período afastamento por licença parental ou adotante, ou de trancamento, de acordo com os Artigos 20 e 22 do presente regulamento.

#### **TÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO**

**Art. 4º.** A coordenação didático-pedagógica do PEU cabe ao Conselho Acadêmico do PEU, que é constituído por:

I - coordenador e coordenador adjunto, credenciados como docentes permanentes;

II - todos os demais docentes permanentes;

III - um representante discente e seu suplente.



**Art. 5º.** O Conselho Acadêmico do PEU é presidido pelo coordenador do PEU e tem as seguintes condições estruturais de funcionamento:

I - o coordenador e coordenador adjunto são eleitos para o mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução;

II - o mandato dos representantes discentes, titular e suplente, é de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução;

III - o Conselho Acadêmico funciona com a maioria dos seus membros e delibera por maioria de votos dos presentes;

IV - o coordenador adjunto substitui o coordenador em suas faltas ou impedimentos;

V - nas faltas e impedimentos do coordenador e do coordenador adjunto, o membro do Conselho Acadêmico mais antigo do PEU na docência da UEM assume a coordenação e, no caso de impossibilidade deste, segue linha sucessória pelo critério de antiguidade;

VI - no caso da vacância simultânea dos cargos de coordenador e coordenador adjunto, assume a coordenação o docente indicado conforme o Inciso V deste Artigo para, no prazo de 30 dias, convocar eleição para provimento de um novo mandato aos cargos vacantes;

VII - no caso da vacância do cargo de coordenador adjunto, fica à cargo do Conselho Acadêmico a decisão sobre o provimento ou não do cargo até o final do mandato do coordenador.

### **TÍTULO III DAS ELEIÇÕES**

**Art. 6º.** É dever do Conselho Acadêmico regulamentar o processo de eleição dos seus membros, conforme normas da UEM.

**Art. 7º.** A eleição para novos mandatos de coordenador e coordenador adjunto deverá ser convocada pelo coordenador do PEU e realizada até 30 dias antes do término do mandato de seus membros em exercício.

**§ 1º.** No caso de vacância nos cargos de coordenador ou coordenador adjunto quando da necessidade de convocação de eleição, segue-se o contido no Inciso VI do Artigo 5º.

**§ 2º.** O Conselho Acadêmico deverá nomear uma Comissão Eleitoral, responsável pela condução do processo, a qual será composta, no mínimo, por dois docentes permanentes e um representante discente.

**§ 3º.** O coordenador e o coordenador adjunto são escolhidos dentre os membros do corpo docente permanente e eleitos por todos os docentes do PEU e pelo representante discente.

**§ 4º.** No caso de inscrição de chapa única, composta por docentes candidatos à recondução, a deliberação poderá ocorrer diretamente pelo Conselho Acadêmico, dispensada a realização de eleição.

**§ 5º.** O representante discente e seu suplente são escolhidos dentre os alunos regulares e são eleitos pelos alunos regularmente matriculados no PEU, obedecendo à legislação própria definida pelo Conselho Acadêmico do PEU.



*Universidade Estadual de Maringá*  
**Centro de Tecnologia**

**Art. 8º.** A inscrição dos candidatos à coordenação deve ser por chapa, formada por coordenador e coordenador adjunto, e deve ser realizada via protocolo padrão da UEM.

**§ 1º.** É vedada a inscrição de candidatos em mais de uma chapa.

**§ 2º.** Em casos excepcionais, a chapa pode ser composta somente pelo coordenador.

**Art. 9º.** Os pedidos de reconsideração contra os resultados do pleito eleitoral podem ser interpostos na secretaria do PEU, durante o dia útil imediatamente posterior ao da apuração, devendo o Conselho Acadêmico emitir decisão até 72 horas após o encerramento do prazo para interposição de recurso.

**Art. 10.** O resultado da eleição deve ser encaminhado pelo PEU ao Centro de Tecnologia (CTC) e este o enviará ao reitor para nomeação dos coordenadores.

#### **TÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 11.** Compete ao coordenador do PEU:

- I - coordenar as atividades acadêmicas e administrativas do PEU;
- II - convocar e presidir as reuniões do Conselho Acadêmico, estabelecendo as suas pautas;
- III - fazer a gestão dos recursos humanos e materiais para dar suporte ao desenvolvimento das atividades do PEU;
- IV - executar as deliberações do Conselho Acadêmico;
- V - elaborar relatórios exigidos pelos órgãos oficiais;
- VI - expedir atestados e declarações relativas às atividades de pós-graduação;
- VII - designar, no mínimo, 3 professores do corpo docente do PEU para compor a comissão de bolsa;
- VIII - administrar os recursos financeiros dos cursos do PEU, conforme as normas dos órgãos de fomento;
- IX - disponibilizar aos docentes do PEU, quando solicitadas formalmente, informações financeiras sob a gestão do PEU;
- X - participar de outras atividades que se fizerem necessárias e que possuam relação com a pós-graduação;
- XI - integrar o Conselho Interdepartamental do Centro de Tecnologia e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP).

**Art. 12.** Compete ao Conselho Acadêmico do PEU:

- I - reunir-se ao menos duas vezes por semestre, por convocação do coordenador ou a pedido, por escrito, de dois terços dos seus membros, sob a presidência do coordenador;
- II - reunir-se, em primeira convocação, com o quórum mínimo de maioria absoluta de seus membros ou, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, e deliberar por maioria de votos dos presentes;
- III - deliberar sobre a composição dos quadros de docentes do PEU nas categorias: permanente, colaborador e visitante;



- IV -credenciar, descredenciar e recredenciar docentes, segundo critérios estabelecidos em legislação própria;
- V - aprovar a atribuição de orientações, conforme legislação própria;
- VI - propor alterações curriculares e submetê-las à apreciação do Conselho Interdepartamental (CI);
- VII - aprovar, conforme diretrizes próprias, os projetos de dissertação;
- VIII - aprovar ementas, programas de disciplinas, carga horária, número de créditos e critérios de avaliação de disciplinas e o calendário acadêmico do PEU;
- IX - designar docentes do PEU para proceder à seleção dos candidatos e aprovar as normas e editais de seleção de acordo com regulamentação específica sobre processos seletivos;
- X - aprovar a banca examinadora da dissertação e do exame de qualificação;
- XI - apreciar e propor convênios com entidades públicas ou privadas de interesse do PEU;
- XII - acompanhar as atividades do PEU;
- XIII - propor e aprovar alterações curriculares e no regulamento do PEU, que devem ser submetidos ao Conselho Interdepartamental para deliberação;
- XIV - submeter ao Conselho Interdepartamental, anualmente, o número de vagas dos cursos do PEU;
- XV - julgar pedidos de reconsideração e outras solicitações;
- XVI - analisar e decidir sobre aproveitamento de estudos, em disciplinas cursadas em modalidade *stricto sensu*, equivalência e aproveitamento de créditos, bem como sobre outras questões referentes à vida acadêmica do pós-graduando;
- XVII - homologar os resultados dos exames de suficiência em língua estrangeira;
- XVIII - designar comissões que colaborem com o andamento do PEU;
- XIX - decidir sobre a concessão e manutenção de bolsas de estudo a partir do relatório da comissão de bolsas;
- XX - interagir com instituições afins e órgãos de fomento em aspectos relacionados às atividades da pós-graduação;
- XXI - deliberar sobre a distribuição de recursos orçamentários e financeiros do PEU, conforme as normas dos órgãos de fomento.

**Art. 13.** A coordenação do PEU conta com uma secretaria que tem as seguintes atribuições:

- I - divulgar editais de processos seletivos e receber a inscrição dos candidatos;
- II - providenciar editais de convocação das reuniões do Conselho Acadêmico e do corpo docente;
- III - fazer a gestão dos processos de inscrição, processos seletivos e matrículas;
- IV - secretariar, organizar e manter o cadastro de reuniões do Conselho Acadêmico e do corpo docente;
- V - manter o livro de atas atualizado;
- VI - manter os docentes e discentes informados sobre prazos, procedimentos, resoluções e normas inerentes ao PEU;
- VII - fazer a gestão documental, bem como das informações referentes às exigências institucionais da vida acadêmica do pós-graduando, nos prazos devidos e sempre que solicitado;



- VIII - fazer a gestão documental e tomar as providências administrativas necessárias para os exames de qualificação e as defesas de dissertações;
- IX - fazer a gestão dos processos de aquisição de bens e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades do PEU, conforme as legislações estadual e federal vigentes;
- X - contribuir para a elaboração de relatórios e outros registros solicitados pelo coordenador do PEU.

## **TÍTULO V DO CORPO DOCENTE**

**Art. 14.** O corpo docente do PEU é formado por professores permanentes, professores visitantes e professores colaboradores.

**§ 1º.** Integram a categoria de permanentes os docentes enquadrados e declarados anualmente pelo PEU na plataforma Sucupira e que atendam a todos os seguintes pré-requisitos:

- I - desenvolver atividades de ensino na pós-graduação;
- II - participar em projetos de pesquisa do PEU;
- III - orientar alunos do PEU;
- IV - participar de comissões julgadoras de dissertações;
- V - participar de comissões de exames de seleção e de qualificação;
- VI - desempenhar outras atividades dentro dos dispositivos regulamentares que venham a beneficiar o PEU;
- VII - possuir vínculo funcional-administrativo com a UEM ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, e se enquadrem em uma das seguintes condições:
  - a) quando recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;
  - b) quando, na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a Instituição termo de compromisso de participação como docente do PEU;
  - c) quando tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do PEU;
  - d) quando o docente estiver em afastamento longo para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

**§ 2º.** Integram a categoria de visitantes os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa, atividades de ensino, atividades de extensão, permitindo-se que atuem como orientadores.

**§ 3º.** A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa deve ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição, ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.

**§ 4º.** Integram a categoria de colaboradores os demais membros do corpo docente do PEU que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, incluídos os pesquisadores de pós-doutorado,



mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa, atividades de ensino, atividades de extensão e na co-orientação de pós-graduandos, independentemente de possuírem ou não vínculo com a instituição.

§ 5º. O desempenho de atividades esporádicas, como conferencista, membro de banca, coautor de trabalhos e coorientação de dissertações não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do PEU.

§ 6º. Os membros do corpo docente do PEU devem ser credenciados, descredenciados ou recredenciados, conforme previsto no inciso IV do Artigo 12 deste regulamento.

## **TÍTULO VI DO CORPO DISCENTE**

**Art. 15.** O corpo discente do PEU é constituído por alunos regulares, podendo também conter alunos não-regulares e ouvintes.

§ 1º. São considerados alunos regulares, aqueles portadores de diploma de curso superior, regularmente matriculados no PEU, aprovados em seu processo seletivo e classificados com vaga de orientação dentre os docentes credenciados ao PEU.

§ 2º. São considerados alunos não-regulares, aqueles portadores de diploma de curso superior matriculados em uma ou mais disciplinas no PEU, mas sem qualquer outro vínculo com o PEU.

§ 3º. Na impossibilidade de apresentação de diploma por ocasião do processo seletivo e matrícula, o candidato a aluno regular ou não-regular deve apresentar um documento oficial da instituição de ensino superior que comprove o cumprimento das exigências curriculares para a conclusão do curso.

§ 4º. Excepcionalmente, podem ser aceitos como alunos regulares e não-regulares, alunos não diplomados, cursando a graduação, independentemente da instituição de origem, de acordo com legislação federal vigente.

§ 5º. São considerados alunos ouvintes, aqueles que recebem autorização do professor responsável pela disciplina e da coordenação do PEU para assistirem aulas do curso, não tendo direito a aproveitamento dos estudos realizados e nem avaliação de seus conhecimentos adquiridos.

§ 6º. Somente alunos regulares são elegíveis para recebimento de auxílio financeiro por meio da UEM ou de agências de fomento, de acordo com as normas e legislações específicas.

**Art. 16.** Pós-graduando com deficiência (PcD) e/ou com necessidades educativas especiais tem seus direitos resguardados, conforme previsto em legislação própria.

## **TÍTULO VII DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E ADMISSÃO**

**Art. 17.** A inscrição, a seleção e a admissão de alunos regulares e não-regulares ao PEU serão realizadas de acordo com edital e legislação próprios, definido pelo Conselho Acadêmico.





**Parágrafo único.** Todos os atos relativos ao processo seletivo serão divulgados na página oficial do PEU.

## **TÍTULO VIII**

### **DA MATRÍCULA, AFASTAMENTO, TRANCAMENTO E DESLIGAMENTO**

**Art. 18.** O candidato classificado, no limite de vagas, deve requerer sua matrícula na secretaria do PEU, dentro do prazo estabelecido em calendário próprio.

**§ 1º.** A matrícula inicial deverá ser feita junto à secretaria do PEU e efetivada junto ao órgão de controle acadêmico da UEM.

**§ 2º.** Os alunos regulares deverão efetuar a renovação de matrícula no PEU dentro do prazo previsto em calendário próprio, inclusive no período de elaboração da dissertação.

**§ 3º.** O Conselho Acadêmico regulamentará a matrícula de alunos não-regulares em calendário próprio.

**§ 4º.** A não realização de matrícula dentro do prazo fixado pelo Conselho Acadêmico do PEU implicará na perda automática da condição de candidato selecionado.

**Art. 19.** Atividades domiciliares ou licença médica para tratamento de saúde devem ser requeridas, respeitando-se aos seguintes critérios:

I - o aluno, ou seu representante, tem até três dias úteis, contados a partir da data do impedimento, para formalizar o pedido no PEU, que deve notificar o docente responsável pela disciplina e o professor orientador;

II - o período de afastamento não pode ser inferior a 15 dias, nem superior a 60 dias no ano letivo.

**Parágrafo único.** A concessão de licença médica não implica em prorrogação automática dos prazos parciais e de conclusão do curso.

**Art. 20.** A licença parental ou adotante é concedida de acordo com a legislação federal em vigor, mediante solicitação que deve ser encaminhada para análise do Conselho Acadêmico e, uma vez homologada, deve ser informada ao setor de controle acadêmico da pós-graduação para que se efetue o registro no histórico do pós-graduando.

**Art. 21.** A solicitação de prorrogação de prazo para integralização de curso deve ser encaminhada, para apreciação e deliberação do Conselho Acadêmico, pelo pós-graduando, com ciência do orientador, de acordo com legislação própria.

**Art. 22.** A matrícula pode ser trancada por solicitação do aluno, no máximo, por 6 (seis) meses, consecutivos ou não, com anuência do orientador, observado o seguinte:

I - O trancamento somente será permitido após aprovação no exame de qualificação;

II - O pedido formulado pelo aluno, devidamente justificado, assinado pelo orientador, deve apresentar um plano de trabalho, com cronograma para a





conclusão da dissertação, exequível no prazo restante para o cumprimento dos 24 (vinte e quatro) meses de curso.

III - Caberá ao Conselho Acadêmico analisar e deliberar sobre o pedido de trancamento;

**Parágrafo único.** Durante o período de trancamento da matrícula, ficará suspensa a contagem de tempo para o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses para conclusão do curso.

**Art. 23.** Será desligado do PEU o aluno regular que se enquadrar em qualquer dos seguintes itens:

I - reprovar em mais de uma disciplina do curso;

II - não mantiver o coeficiente de rendimento escolar (CR), ao final do prazo máximo fixado para o exame de qualificação, igual ou superior a 2,0 (dois vírgula zero);

III - obter duas reprovações no exame de qualificação;

IV - deixar de exercer atividades acadêmicas e de pesquisas por prazo superior a 30 (trinta) dias sem comunicar ao orientador e ao Conselho Acadêmico do PEU;

V - ultrapassar o limite máximo de 30 (trinta) meses, incluído o período de prorrogação e/ou trancamento, contados a partir da matrícula inicial no curso, excluído o período de licença parental ou adotante;

VI - abandonar o curso sem trancar a matrícula.

**Parágrafo único.** Alunos regulares poderão ser desligados do PEU por recomendação dos respectivos orientadores de dissertação ao Conselho Acadêmico do PEU quando não demonstrarem progresso e bom desempenho em suas atividades de pesquisa.

## **TÍTULO IX** **DO REGIME DIDÁTICO E PEDAGÓGICO**

**Art. 24.** As disciplinas obrigatórias e eletivas, expressas em unidade de crédito, estão compreendidas na estrutura curricular do PEU.

**§ 1º.** Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas/aula em disciplina teórica ou prática.

**§ 2º.** Não serão concedidos créditos parciais em disciplinas.

**Art. 25.** A estrutura curricular do PEU prevê, para a integralização dos créditos do mestrado, o que se segue:

I - cumprimento mínimo de 21 (vinte e um) créditos em disciplinas, de forma a contemplar todas as obrigatórias e as eletivas escolhidas;

II - realização da disciplina Estágio de Docência nos casos previstos em legislação própria;

III - cumprimento de 62 (sessenta e dois) créditos para elaboração e defesa da Dissertação, assim distribuídos: 20 (vinte) créditos na aprovação do exame de qualificação e 42 (quarenta e dois) créditos na aprovação da dissertação de mestrado.

**Parágrafo único.** As disciplinas obrigatórias serão definidas em legislação própria.



**Art. 26.** A relação das disciplinas obrigatórias e eletivas do curso de mestrado do PEU, incluindo os seus respectivos créditos, será divulgada periodicamente pela coordenação do PEU.

**§ 1º.** A disciplina de Estágio de Docência faz parte da estrutura curricular do PEU e será regulamentada por legislação própria.

**§ 2º.** A integralização dos créditos em disciplinas do curso de mestrado far-se-á no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da matrícula inicial como aluno regular no curso.

**§ 3º.** O pós-graduando que, excepcionalmente, não conseguir concluir os créditos em 12 (doze) meses, deverá enviar justificativa ao Conselho Acadêmico, com ciência do orientador, solicitando prazo extra para integralização dos créditos.

**§ 4º.** O aproveitamento dos créditos, sejam eles oriundos do PEU, de disciplinas *stricto sensu* da UEM ou de outras instituições, nacionais ou estrangeiras, devidamente reconhecidas no país e internacionalmente conceituadas, nas quais o aluno já tenha sido aprovado, poderá ser realizado mediante análise e deliberação do Conselho Acadêmico do PEU.

**Art. 27.** As propostas de criação ou alteração de disciplinas deverão ser encaminhadas para julgamento pelo Conselho Acadêmico do PEU, acompanhadas de justificativa e serão caracterizados por código, nome, ementa, programa detalhado, referências bibliográficas, carga horária, número de créditos e critério de avaliação.

**Parágrafo único.** Disciplinas eletivas poderão ser ministradas em idioma distinto do português, por solicitação do docente responsável e com a anuência do Conselho Acadêmico do PEU.

**Art. 28.** A avaliação das atividades desenvolvidas em cada disciplina será feita de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho Acadêmico do PEU.

**§ 1º.** O rendimento escolar do discente será expresso de acordo com um dos seguintes conceitos:

A = Excelente;

B = Bom;

C = Regular;

I = Incompleto;

J = Abandono justificado;

R = Reprovado.

**§ 2º.** Serão considerados aprovados e com direito a créditos nas disciplinas, os alunos que obtiverem o mínimo de 75% de frequência e os conceitos "A", "B" ou "C".

**§ 3º.** Para efeito de registro acadêmico, adotar-se-á a seguinte equivalência em notas:

A = 9,0 a 10,0 (nove vírgula zero a dez vírgula zero);

B = 7,5 a 8,9 (sete vírgula cinco a oito vírgula nove);

C = 6,0 a 7,4 (seis vírgula zero a sete vírgula quatro);

R = Inferior a 6,0 (seis vírgula zero);

**§ 4º.** Será atribuído o conceito "I" ao aluno que deixar de completar, por motivo justificado, uma parcela do total dos trabalhos ou das provas exigidos(as) e que deverá ser transformado em conceitos "A", "B", "C" ou "R", no prazo máximo de 30



(trinta) dias após a divulgação dos conceitos de avaliação da respectiva disciplina. Vencido o prazo estipulado de 30 (trinta) dias, a indicação “I” será automaticamente transformada em conceito “R”.

§ 5º. O conceito “J” poderá ser atribuído pelo Conselho Acadêmico do PEU, por recomendação justificada do orientador, ao aluno que abandonar alguma disciplina após o prazo previsto, em calendário, para cancelamento ou desistência.

§ 6º. O aluno pode solicitar o cancelamento da matrícula de disciplinas da estrutura curricular do PEU, de caráter extensivo ou intensivo, até o máximo de 25% do total da carga horária ministrada da referida disciplina.

§ 7º. Não é permitida nova matrícula em disciplina na qual o aluno já tenha sido aprovado, exceto no caso das disciplinas de Tópicos Especiais em Engenharia Urbana.

**Art. 29.** Para medir o aproveitamento do aluno no PEU, atribuir-se-ão os seguintes valores numéricos aos conceitos obtidos pelo aluno nas diversas disciplinas:

A = 3 (três);

B = 2 (dois);

C = 1 (um);

R = 0 (zero).

**Art. 30.** A avaliação do aproveitamento do aluno no PEU será expressa por um coeficiente de rendimento escolar (CR) calculado pela média ponderada dos valores numéricos (P) obtidos segundo o Artigo 29, tendo para pesos o número de créditos das respectivas disciplinas cursadas (CD), isto é:

$$CR = \frac{\sum(P \times CD)}{\sum CD}$$

§ 1º. A disciplina cuja indicação tenha sido “I” ou “J” não é considerada no cálculo do CR.

§ 2º. O aluno que obtiver conceito “R” em uma disciplina poderá repeti-la atribuindo-se como resultado o conceito obtido posteriormente.

§ 3º. A disciplina com conceito “R” que não for cursada novamente, constará no Histórico Escolar do acadêmico, sendo computada no cálculo do CR.

## **TÍTULO X** **DA ORIENTAÇÃO**

**Art. 31.** Cada pós-graduando pode ter, no máximo, 1 (um) orientador e 2 (dois) coorientadores de dissertação, referendado(s) pelo Conselho Acadêmico do PEU.

§ 1º. Somente professores credenciados no PEU, na categoria de permanente, podem ser orientadores de dissertação.

§ 2º. Podem ser aceitos como coorientadores professores ou pesquisadores, com título de doutor, vinculados ou não ao PEU, com a aprovação do Conselho Acadêmico, mediante solicitação encaminhada pelo pós-graduando com anuência do orientador.



*Universidade Estadual de Maringá*  
**Centro de Tecnologia**

**§ 3º.** Os critérios para credenciamento, recredenciamento e habilitação ou substituição como orientador e coorientador de dissertação serão normatizados pelo Conselho Acadêmico do PEU em legislação própria.

**§ 4º.** O número máximo de orientações por docente será definido em legislação própria, respeitadas as normas do órgão federal de avaliação.

**Art. 32.** Compete ao orientador:

I - elaborar, juntamente com o pós-graduando, o plano de estudos do orientando e dar anuência no formulário de matrícula;

II - orientar o desenvolvimento da dissertação;

III - acompanhar e avaliar qualitativa e quantitativamente o desempenho do pós-graduando nas atividades programadas;

IV - comunicar à coordenação qualquer problema que o pós-graduando esteja tendo no desenvolvimento da dissertação que comprometa seu plano de trabalho e implique em prorrogação de prazo ou de não conclusão do curso.

**Art. 33.** O orientador que, eventualmente, tenha que se afastar do PEU por um período superior a 90 (noventa) dias, deve comunicar por escrito ao Conselho Acadêmico do PEU o período de afastamento, assim como indicar o(s) nome(s) do(s) respectivo(s) professor(es) para assumir(em) a orientação/coorientação temporária de seus pós-graduandos.

**§ 1º.** É permitida a inclusão ou substituição de orientador ou coorientador conforme legislação própria ou quando o orientador solicitar afastamento com período superior a 90 (noventa) dias.

**§ 2º.** É permitida a substituição do orientador ou do(s) coorientador(es) por outro(s) mediante solicitação justificada, apresentada por escrito pelo pós-graduando, com anuência do antigo e do novo orientador, e aprovada pelo Conselho Acadêmico do PEU. O tema de dissertação do pós-graduando somente será mantido com a anuência dos orientadores envolvidos.

## **TÍTULO XI**

### **DA SUFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA**

**Art. 34.** O pós-graduando deverá demonstrar suficiência em língua inglesa.

**§ 1º.** O prazo para comprovação da suficiência e as diretrizes para a realização, aprovação e homologação do exame de suficiência serão definidos em legislação própria.

**§ 2º.** No caso de candidatos estrangeiros, será exigido o exame de proficiência em língua portuguesa, conforme legislação própria.

## **TÍTULO XII**

### **DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO**

**Art. 35.** O exame de qualificação será realizado no curso de mestrado do PEU, precedendo, junto com outros requisitos específicos, a realização da defesa de dissertação.



**Parágrafo único.** O exame de qualificação do curso de mestrado do PEU será regido por legislação própria.

### **TÍTULO XIII** **DA DISSERTAÇÃO E CONCESSÃO DE GRAU DE MESTRE**

**Art. 36.** A dissertação pode ser redigida integralmente em idioma distinto do português, com a anuência do orientador e aprovação do Conselho Acadêmico.

**Parágrafo único.** Independentemente do idioma no qual estejam redigidas, todas as dissertações devem conter, no mínimo, título, resumo e palavras-chave nos idiomas português e inglês.

**Art. 37.** A solicitação de defesa da dissertação de mestrado, feita junto à secretaria do PEU, somente poderá ser requerida ao Conselho Acadêmico se o pós-graduando tiver:

- I - integralizado o número mínimo de créditos em disciplinas obrigatórias e eletivas;
- II - realizado a disciplina de Estágio de Docência, nos casos previstos em legislação própria;
- III - sido aprovado no exame de qualificação;
- IV - assistido ao menos 2 (duas) defesas de dissertação do PEU;
- V - entregue o comprovante de aceite ou de publicação de ao menos 1 (um) trabalho completo em anais de congresso relevante na área, com coautoria e aval do orientador;
- VI - entregue comprovante de submissão ou publicação de um artigo, produto da pesquisa de mestrado, em periódico especializado, com coautoria e aval do orientador, de acordo com legislação própria.

**§ 1º.** A solicitação de defesa deverá ser requerida com prazo mínimo 30 dias de antecedência à data prevista para a defesa.

**§ 2º.** Concomitantemente à solicitação de defesa, apresentada em formulário próprio, o pós-graduando deverá entregar à secretaria do PEU uma cópia de sua dissertação de mestrado em formato PDF.

**Art. 38.** O Conselho Acadêmico do PEU homologará a solicitação de defesa de dissertação e o prazo para a sua realização, de tal forma que não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias, contados a partir da data da reunião de homologação.

**Parágrafo único.** A formatação da dissertação para defesa e versão final devem seguir legislação própria.

**Art. 39.** A defesa da dissertação será julgada por uma banca examinadora constituída, no mínimo, por 3 (três) examinadores, sendo um dos quais o orientador ou seu representante:

- I - o representante que trata o caput deste artigo deve ser escolhido dentre os docentes permanentes do PEU pelo Conselho Acadêmico;
- II - cada banca examinadora deve ter pelo menos um membro externo ao PEU, sendo desejável de outra instituição;
- III - cada banca examinadora deve ter dois suplentes, sendo pelo menos um externo ao PEU;



IV - o orientador de dissertação ou seu representante é o presidente da banca examinadora;

V - é vedada a participação de parentes na banca examinadora, sejam eles do pós-graduando, do presidente, e dos demais membros, na forma:

- a) parentes em linha reta, por consanguinidade, em qualquer grau;
- b) parentes em linha colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau;
- c) parentes em linha reta ou em linha colateral, por afinidade, até o terceiro grau;

VII - é vedada, ainda, a participação na banca examinadora daqueles que se enquadrem nas seguintes situações de impedimento com o pós-graduando:

- a) cônjuge ou companheiro;
- b) ex-cônjuge ou ex-companheiro;
- c) esteja litigando ou tenha litigado judicialmente ou administrativamente com o pós-graduando ou com seu respectivo cônjuge ou companheiro.

§ 1º. Os membros da banca examinadora devem ter o grau de doutor.

§ 2º. É facultativa a participação do coorientador na banca, sendo-lhe vedado expressar julgamento.

§ 3º. A participação remota de membros em bancas de defesa de dissertações, por videoconferência, deverá seguir as diretrizes estabelecidas pelo órgão federal de regulamentação da pós-graduação e a legislação próprio PEU.

§ 4º. A defesa da dissertação poderá ser realizada em língua estrangeira, desde que com aprovação do Conselho Acadêmico do PEU e anuência da banca examinadora.

**Art. 40.** A defesa da dissertação consistirá em uma apresentação pública em local (físico ou remoto), data e horário previamente divulgados.

§ 1º. A defesa da dissertação deixará de ser pública em caso de necessidade de proteção intelectual visando solicitação de patente, desde que haja pedido formal por parte do orientador e pós-graduando, e aprovação pelo Conselho Acadêmico do PEU.

§ 2º. A apresentação pública da dissertação será feita pelo pós-graduando num prazo de aproximadamente 50 (cinquenta) minutos, findo o qual a banca examinadora procede à arguição do pós-graduando.

§ 3º. Cada membro da banca examinadora de dissertação terá até 50 (cinquenta) minutos para realizar arguição.

**Art. 41.** Após a defesa da dissertação, a banca examinadora avalia o trabalho, sem a presença do pós-graduando, expressando seu julgamento por meio de uma das seguintes alternativas:

- I - aprovado;
- II - aprovado com correções;
- III - reformulação, a ser apresentada no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, ficando a critério da banca estipular a necessidade de nova defesa pública;
- IV - reprovado.

§ 1º. As correções ou reformulações, previstas nos Incisos II e III, respectivamente, devem estar descritas na ata de defesa.





*Universidade Estadual de Maringá*  
**Centro de Tecnologia**

**§ 2º.** No caso de pós-graduando pendente de aprovação, como previsto nos Incisos II ou III, a decisão final após entrega da dissertação corrigida ou reformulada deve ser de aprovação ou reprovação.

**Art. 42.** O resultado da avaliação da defesa da dissertação é registrado pelo presidente da banca examinadora, em livro de atas próprio, o qual é assinado por todos os membros da banca e encaminhado ao Conselho Acadêmico do PEU para homologação.

**Parágrafo único.** A ata deve ser lida pelo presidente da banca antes do final da sessão pública de defesa de forma a apresentar a todos os presentes o resultado da avaliação.

**Art. 43.** Para a obtenção do grau de mestre, além das exigências regulamentares, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

I - ser aprovado na defesa da dissertação;

II - entregar, em até 60 dias após a realização da defesa, uma cópia definitiva da dissertação em versão digital, com ciência do orientador.

**Parágrafo único.** Em hipótese alguma a UEM emitirá documentos de concessão do grau de mestre ao pós-graduando sem o cumprimento de todos os requisitos do presente regulamento.

#### **TÍTULO XIV** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 44.** O órgão de controle acadêmico manterá um registro completo da história acadêmica de cada aluno do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana.

**Art. 45.** Os alunos que ingressaram no PEU até a data de entrada em vigor do presente regulamento, poderão optar pelas normas nele previstas, mediante assinatura de um termo de adesão.

#### **TÍTULO XV** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 46.** Os casos omissos no presente regulamento são resolvidos pelo Conselho Acadêmico do PEU e, quando necessário, aprovados pelo Conselho Interdepartamental do Centro de Tecnologia.

**Art. 47.** O presente regulamento entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.